

CANDIDATURAS

Rede de peritos

Emprego e igualdade de género

Está aberto concurso para a constituição de uma **rede de peritos externos especializados nas áreas do emprego e da igualdade de género**, que consigam produzir análises e recomendações para cada um dos 27 Estados Membros e para os países EEA-EFTA. A Comissão pretende que esta rede contribua para um melhor entendimento do impacto da igualdade de

género no crescimento, no emprego e na coesão social na UE.

O orçamento anual para este concurso não excederá os 700.000€.

Data limite para recepção das candidaturas:

11 de Junho de 2007

http://ec.europa.eu/employment_social/emplweb/tenders/tenders_en.cfm?id=1185 

Igualdade, inclusão social, saúde e cuidados continuados

Está aberto concurso para a criação e manutenção de uma rede de peritos em igualdade de género, inclusão social, saúde e cuidados continuados. O contrato será de um ano, com a possibilidade de renovação por três

vezes, e cobrirá os 27 Estados Membros e os três países EFTA.

Data limite para recepção das candidaturas:

12 de Junho de 2007

http://ec.europa.eu/employment_social/emplweb/tenders/tenders_en.cfm?id=1145 

PORTUGAL

Área social em Portugal

Foi apresentada a campanha da **Iniciativa novas Oportunidades** a 7 de Março último, que se destina a qualificar um milhão de portugueses até 2010.

(http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MTSS/Comunicacao/Programas_e_Dossiers/20050921_MTSS_Prog_Novas_Oportunidades.htm)

O Conselho de Ministros de 8 de Março aprovou a Resolução do Conselho de Ministros que determina a elaboração do **III Plano Nacional de Igualdade de Género, o III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica e o I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos**. Foi também aprovada a Resolução do Conselho de Ministros que aprova o **Plano para a Integração dos Imigrantes (PII)**, que “sintetiza os objectivos e os compromissos do Estado português no que concerne às políticas de acolhimento e integração dos imigrantes”.(<http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Newsletter/>)

No dia 27 de Março, o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social apresentou a **Estratégia para a inclusão activa dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção**.

(http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MTSS/Comunicacao/Outros_Documentos/20070327_MTSS_Doc_Insercao_RSI.htm)

Objectivos da Estratégia de Lisboa longe de serem atingidos

Os chefes de Estado e de Governo dos 27 Estados Membros reuniram-se na Cimeira da Primavera, nos dias 8 e 9 de Março em Bruxelas. O presidente do Parlamento Europeu considerou, numa conferência de imprensa, que os objectivos da Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego estão correctos, mas a União Europeia está longe de os atingir. Antes do Cimeira da Primavera, os sindicatos e as ONG europeus enviaram aos Chefes de Estado e de Governo um número de exigências ambiciosas. E, para analisar até que ponto essas considerações foram tidas em conta, o EurActiv (portal de *media* independente dedicado aos assuntos da UE) analisou os pontos 18 a 20 das conclusões da referida Cimeira “Impulsionar o emprego, modernizar e reforçar o Modelo Social Europeu”.

As conclusões da Cimeira versus o trabalho das ONG europeias

Trabalho de qualidade - A recomendação da Confederação Europeia de Sindicatos para que os Estados Membros se comprometam “a criar segurança e qualidade de emprego”, está presente nas conclusões do Conselho que salientam “a importância que reveste a noção de «trabalho de qualidade», bem como os princípios a ela subjacentes, nomeadamente os direitos e a participação dos trabalhadores, a igualdade de oportunidades, a segurança e a protecção da saúde no local de trabalho e uma organização do trabalho que facilite a vida familiar”.

Dimensão social da Agenda de Lisboa - No ponto 19 pode ler-se que para “assegurar que os cidadãos na UE continuem a apoiar a integração europeia, [é necessário] que os objectivos sociais comuns dos Estados Membros [sejam] tidos em maior consideração no âmbito da Estratégia de Lisboa”. E, neste contexto “congratula-se com o Relatório Conjunto sobre o Emprego e com o Relatório Conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social”. É ainda referido que “o relatório da Comissão sobre a avaliação da realidade social deve trazer novas contribuições para os debates sobre as questões sociais”.

Flexisegurança - A Comissão está a preparar uma comunicação sobre flexisegurança, enquanto que os parceiros sociais europeus comprometeram-se em preparar um documento com posições conjuntas sobre os desafios do mercado de trabalho europeu, incluindo o tema da flexisegurança, a ser publicado daqui a alguns meses. O Conselho afirma que “aguarda com expectativa os debates sobre a Comunicação da Comunicação” sobre este tema, que “deverão servir de

instrumento de preparação de uma série de vias para uma maior flexisegurança, que permitam encontrar a combinação das políticas mais adequadas às necessidades do mercado de trabalho, nomeadamente uma maior participação nesse mercado”.

Coesão económica e social - o Conselho reafirma “a necessidade de reforçar a coesão económica e social em toda a União”, salientando o papel dos parceiros sociais neste contexto. Também é salientada a necessidade de se dar uma “maior atenção à inclusão activa, isto é, garantir recursos mínimos suficientes para todos” assegurando que o “trabalho compense”.

Lutar contra a pobreza infantil - “A fim de reforçar a coesão social (...) [é necessário] lutar contra a pobreza e a exclusão social, em particular a pobreza infantil”.

Aliança para as famílias - Devido à evolução e desafios demográficos com que a UE se confronta, será importante constituir “uma aliança para as famílias [que] servirá de plataforma para o intercâmbio de pontos de vista e de conhecimento relacionados com as políticas a favor da vida familiar [e de] boas práticas entre os Estados Membros”.

Igualdade de oportunidades - O Conselho afirma que os Estados Membros devem “desenvolver políticas que promovam a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres, bem como o papel dos jovens, nomeadamente a sua transição da escola para a vida para a vida laboral, dos idosos e das pessoas com baixas qualificações”.



“Nós cidadãos da União Europeia...”

No passado dia 25 de Março, os líderes da União Europeia reuniram-se em Berlim para assinar a **Declaração que marca a celebração dos 50 anos do Tratado de Roma**. O documento, adoptado pelos 27



Chefes de Estado e de Governo da UE, contém tudo o que foi conseguido nas últimas décadas e traça os desafios para o futuro da União.

Aí foi também decidido adoptar um novo Tratado Constitucional antes das eleições para o Parlamento Europeu de 2009.

O documento adoptado, disponível em português, afirma que a Europa “enfrenta grandes desafios, que não se esgotam nas suas fronteiras”. São eles: o terrorismo, o crime organizado, a imigração ilegal, as alterações climáticas, as políticas energéticas e a luta contra a pobreza.



[A Declaração em português:](http://www.eu2007.de/de/News/download_docs/Maerz/0324-RAA/Portuguese.pdf)

http://www.eu2007.de/de/News/download_docs/Maerz/0324-RAA/Portuguese.pdf

Relatório anual sobre Igualdade entre Homens e Mulheres

No Relatório sobre a Igualdade entre Homens e Mulheres de 2007 podemos ler que embora “o emprego das mulheres [tenha continuado] a aumentar (...) nos últimos anos”, **as diferenças existentes entre homens e mulheres são sempre desfavoráveis às mulheres**.

Continua a haver uma grande dificuldade para as mulheres conciliarem a vida familiar com a profissional, mantendo-se o desequilíbrio na repartição das tarefas domésticas. Há também um grande desequilíbrio entre homens e mulheres na utilização do tempo (as mulheres recorrem mais à flexibilidade de horário, ao trabalho a tempo parcial, etc.).

A segmentação do mercado de trabalho continua. Os “índices de segregação profissional e sectorial por sexo não apresenta perspectivas de diminuição”, continuando os lugares de decisão ocupados maioritariamente por homens.

As diferenças e desigualdades entre homens e mulheres são bem patentes nas diferenças salariais entre ambos os sexos. As mulheres “ganham em média 15% menos do que os homens por cada hora de trabalho”.

Por outro lado, **“as mulheres apresentam maior risco de exclusão e pobreza”**. O risco de pobreza em “mulheres com mais de 65 anos é de 20%”, mais 5% do que nos homens”. Nas famílias monoparentais (maioritariamente constituídas por mulheres) o risco de

pobreza é de 34%. O desemprego de longa duração atinge 4,5% das mulheres (mais um 1% do que os homens). Por outro lado, “as mulheres constituem a maioria dos inactivos, estando por isso particularmente expostas ao risco de pobreza”.

Desafios

1. Eliminar as disparidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho;
2. Equilibrar a partilha de responsabilidades familiares entre homens e mulheres;
3. Garantir o apoio das políticas de coesão e desenvolvimento rural às políticas de igualdade de género;
4. Garantir a aplicação efectiva da legislação neste âmbito.



COM (2007) 49 de 7.2.2007

http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2007/com2007_0049pt01.pdf

Melhores expectativas para a luta contra a pobreza

No seguimento das conclusões do Conselho Europeu, que decorreu no passado mês de Março, a Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) emitiu um comunicado de imprensa onde afirma que “as conclusões (...) não só melhoram as expectativas em matéria de preocupações ambientais mas também as preocupações relativas à

coesão social e à luta contra a pobreza” (Fintan Farrell, director da EAPN).

Fintan Farrel afirma ainda, no comunicado que pode ser lido na íntegra em português na nossa página, que “é altura dos líderes políticos da UE passarem das palavras aos actos”.



http://www.reapn.org/documentos_visualizar.php?ID=30

**Implementação da nova ronda de Fundos Estruturais
O que aconteceu à inclusão social e às organizações não governamentais?**

No passado mês de Março a EAPN emitiu uma declaração sobre a situação da implementação dos novos Fundos Estruturais, onde afirma estar “preocupada com o facto dos fundos não [estarem] a ser eficazmente canalizados de forma a permitirem que a União Europeia registe progressos ao nível da inclusão social”. A grande preocupação da EAPN é que esta oportunidade “de produzir um impacto decisivo na pobreza seja desperdiçada e perdida”.

Com base nos relatórios das redes nacionais da *Task Force* dos Fundos Estruturais, que se reuniu no passado mês de Março, a EAPN constatou que em alguns Estados Membros:

1. O processo de consulta das ONG foi muito limitado, em total desacordo com o princípio da parceria;
2. A inclusão social está longe de ser uma “prioridade «arco» em linha com a Estratégia de Lisboa”, em desacordo com os objectivos da UE;
3. Poucos governos estão preparados para fornecer assistência técnica, com o objectivo de envolver as ONG;

4. As ONG que desenvolvem trabalho na área da pobreza e exclusão social não estão a ser envolvidas no processo de monitorização;
5. Os princípios do Programa EQUAL (inovação, transnacionalidade, parceria, questões do género) não foram integrados;
6. Existem poucas oportunidades para as ONG implementarem projectos financiados;
7. As ONG não foram envolvidas no processo de avaliação.

Tendo em conta este cenário na maioria dos Estados Membros, a EAPN considera “existir o risco [de que] o esboço dos Quadros de Referência Estratégicos Nacionais e os programas operacionais seja de fraca qualidade e que os fundos estruturais fiquem muito aquém do seu potencial”. Por isso mesmo, a Rede considera ser necessária uma intervenção por parte da Comissão.



http://www.reapn.org/documentos_visualizar.php?ID=33

REAPN**Em ANÁLISE**

Com o objectivo de analisar temas pertinentes no âmbito das políticas sociais, o Gabinete de Investigação e Projectos da REAPN edita um documento de apoio intitulado “Em ANÁLISE”, que pode ser consultado na nossa página de Internet (<http://www.reapn.org/documentos.php>)

Números editados em 2007

Em Análise 12 - Programa das Redes Sociais Locais e sua articulação com a REAPN (Fevereiro de 2007)

Em Análise 11 - Conceitos, normas e modelos da Qualidade (Janeiro de 2007)

Divulgação e pedidos de informação

Para a divulgação e solicitação de documentação (todos os documentos mencionados no boletim estão disponíveis no GI) contactar:

Gabinete de Informação da REAPN Tel: 225 420 800/2 Fax: 225 403 250 Site: www.reapn.org E-mail: angelina.lopes@reapn.org